

Capítulo 3 – A política externa australiana para o Timor Leste

3.1- Introdução

A partir da Revolução dos Cravos em Portugal abria-se a possibilidade da colônia do Timor Leste realizar um ato de auto-determinação. Segundo James Dunn¹ (1983), logo no início do processo de descolonização, tanto o governo português quanto os líderes políticos timorenses acreditavam que a Austrália poderia exercer um papel importante nesse processo. A sua experiência no processo de descolonização em Papua Nova Guiné, as suas boas relações com a Indonésia e o forte apoio do governo de Gough Whitlam (1972-1975) ao direito à auto-determinação em fóruns internacionais faziam da Austrália o país ideal para apoiar a descolonização, tanto no sentido moral quanto no material. Todavia, não foi isso que ocorreu.

Em nome de um bom relacionamento com a Indonésia, o governo australiano defendia a incorporação do território do Timor Leste a esse país, utilizando o argumento de que essa era a melhor solução para a população local, uma vez que o Timor Leste não era auto-suficiente economicamente.

Durante os anos de 1974 e 1975, o Primeiro Ministro Gough Whitlam afirmava ao governo indonésio que não se oporia à incorporação do território. Todavia, exigia de Jacarta o respeito ao direito dos timorenses do Leste à auto-determinação. Essa posição foi exposta por Whitlam a Suharto em dois encontros, tendo o primeiro ocorrido em Wonosobo, em setembro de 1974 e o segundo em Townsville, em abril de 1975².

O governo australiano se posicionava de forma ambígua com relação ao problema. Por um lado, defendia um ato de auto-determinação no território, assim como se posicionava de forma contrária ao uso da força, por outro lado, reconhecia o direito da Indonésia de empregar meios subversivos para conseguir a integração do território. Agindo dessa forma, a Austrália foi conivente com os planos indonésios de desestabilização da situação na colônia, aumentando o risco de violência e insurreição, condições sob as quais o governo indonésio acreditava

ser mais fácil o apoio internacional para uma intervenção militar na região (DUNN, 1983).

3.2- A “conivência” com a invasão do Timor Leste

Em 1971/1972, Austrália e Indonésia concluíam acordos bilaterais para a divisão das plataformas continentais. Entretanto, o Mar do Timor impedia a divisão total, uma vez que ficava no meio dos dois países e, além disso, encontrava-se sob soberania portuguesa. A fossa na linha de delimitação ficou conhecida como Timor Gap. Ela é uma extensa área que representa praticamente o dobro da superfície continental de Portugal e possui reservas de petróleo cotadas entre as trinta maiores do mundo (SOBRAL, FREITAS & MENDONÇA, s/data). No ano de 1975, antes da invasão indonésia ao Timor Leste, a Austrália negociava com Portugal a delimitação das águas do Mar do Timor. Todavia, Camberra não estava conseguindo alcançar os seus objetivos. Em função disso, em 17 de agosto de 1975, o embaixador australiano em Jacarta, Richard Woolcott, escrevia ao seu país sobre as oportunidades de negócios que surgiriam a partir de uma invasão indonésia à região:

“ We are all aware of the Australian defense interest in the Portuguese Timor situation but I wonder whether the Department has ascertained the interest of the Minister of the Department of Minerals and Energy in the Timor situation... The present gap in the agreed sea border... could be more readily negotiated with Indonesia... than with Portugal or an independent Portuguese Timor. I know I am recommending a pragmatic rather than a principled stand but that is what national interest and foreign policy is all about” (JARDINE, p.45).

As autoridades da Austrália, buscando proteger o seu relacionamento com a Indonésia, esconderam as informações que possuíam sobre o assassinato de três jornalistas australianos em Balibó no Timor Leste em 16 de outubro de 1975³. O Parlamento Federal e as famílias dos mortos nunca foram informados ao certo sobre o que realmente aconteceu. Camberra reforçava a versão de Jacarta de que

eles não teriam sido mortos por soldados indonésios, e que teriam sido atingidos durante combate com a Fretilin.

Logo após a invasão do Timor Leste por tropas indonésias, em 7 de dezembro de 1975, o governo australiano declarava publicamente o seu apoio à proposição de que a Indonésia deveria retirar as suas forças do território e que medidas deveriam ser tomadas para que a população do Timor Leste pudesse realizar o seu ato de auto-determinação. Todavia, documentos históricos do Departamento de Negócios Exteriores publicados em um volume no ano de 2000 demonstram que os esforços da Austrália se direcionavam em outro sentido (COTTON, 2001c).

Em 9 de dezembro de 1975, Ralph Harry, representante australiano nas Nações Unidas, enviava telegrama à Camberra falando sobre a votação da questão do Timor Leste que iria ocorrer no Conselho de Segurança:

“Our immediate diplomatic problem and task has been to do what we can to reduce the pressure on the Indonesians, [Duncan] Campbell’s skilled and pertinacious negotiation in the Fourth Committee has kept the “ASEAN plus” group together and a relatively mild resolution seems to be emerging which will (A) avoid condemnation of Indonesia (B) avoid recognition of the so-called democratic republic (c) link withdrawal of forces with programme of self-determination. The Indonesians have been given to restore order and to set in train their plans for organizing the act of self-determination” (COTTON, 2001c).

Em 12 de dezembro de 1975, o governo australiano apoiou a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que condenava a invasão ao Timor Leste. Entretanto, um mês depois, em janeiro de 1976, Richard Woolcott enviava à Camberra o seguinte telegrama:

“Em relação à questão timorense ...estamos enfrentando uma daquelas decisões amplas de política exterior que a maioria das nações enfrenta, num momento ou outro. O governo enfrenta uma escolha entre uma posição moral, baseada na condenação da Indonésia pela invasão de Timor Leste e na afirmação do direito inalienável do povo timorense à autodeterminação, de um lado, e a aceitação pragmática e realista da inevitabilidade da situação a longo prazo, de outro lado. É uma escolha entre aquilo que poderia ser descrito como um idealismo wilsoniano e o realismo kisseriano. O primeiro é mais adequado e baseado em princípios, mas o interesse nacional a longo prazo poderá ser bem servido pelo último. Não acreditamos que seja possível ter ambos.” (SANTANA, 1997).

Se o governo australiano do Primeiro Ministro Malcom Fraser teve (assim como o do Primeiro Ministro Whitlam) um posicionamento contraditório com relação à questão do Timor Leste nos meses imediatamente seguintes a invasão, essa postura se modifica principalmente após o encontro de Fraser com Suharto em outubro de 1976. A partir desse momento, a Austrália não faria mais oposição oficial às agressões indonésias no Timor Leste.

As declarações dos dois líderes após esse encontro tornavam clara a nova postura australiana. Suharto afirmava que a *“Indonesia had assumed responsibility for the administration of East Timor, and for the well-being of its people, after the process of decolonization had already been completed in accordance with the wishes of the people there”*. O Primeiro Ministro Fraser, por sua vez, declarava que o problema do Timor Leste era muito complexo em função das rápidas mudanças em Portugal e da interrupção no controle desse país sobre a administração do Timor Leste. Além disso, Fraser enfatizava que *“considered that the important thing now was to look to the future, and to alleviate as far as possible the human suffering which had come with the fighting and associated disruption in the territory”* (DUNN, 1983, P.377).

É importante ressaltar que, no início do ano de 1976, o governo australiano já havia sido pressionado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos para considerar a integração do Timor Leste à Indonésia como *fait accompli*. Os Estados Unidos buscavam persuadir a Austrália a parar com as críticas públicas sobre a invasão do Timor Leste (que já não eram muito fortes) e aceitar a situação como sendo irreversível.

Refletindo essa “mudança” de comportamento, a Austrália se abstém em 1976 e 1977 das resoluções anuais da Assembleia Geral da ONU relativas ao Timor Leste. Essa conduta demonstra a escolha australiana pela política “do tipo realista kissingeriana” (nas palavras de Woolcott), na medida em que Camberra abre mão de princípios morais e éticos, buscando alcançar a qualquer custo o que seria o “interesse nacional”.

Segundo um funcionário das Nações Unidas, os representantes da Austrália na organização estavam mais preocupados em justificar a atitude indonésia para outras delegações do que com o ato de agressão contra o Timor Leste em si (DUNN, 1983).

Como muito bem ressalta James Dunn (1983), o fato da Austrália ter declinado de uma posição de liderança frente a outros países do grupo ocidental com os quais ela tradicionalmente esteve associada (e em alguns casos, trocava informações de problemas regionais) influenciou muitos desses países a se absterem na ONU com relação à questão do Timor Leste.

A Austrália, apesar de não ser membro do Conselho de Segurança, poderia ter contribuído para as suas deliberações nos bastidores, na medida em que sua posição especial em relação ao conflito a capacitava para isso. Nas circunstâncias em que muitos membros do Conselho não estavam bem informados sobre os acontecimentos na região, ela poderia persuadir muitos deles a exercerem uma posição atuante no tratamento da questão. No entanto, ela preferiu agir de outra forma, fazendo com que a sua postura omissa com relação à repressão violenta que vinha ocorrendo no território influenciasse a resposta das Nações Unidas.

Em janeiro de 1978, o governo australiano anuncia o reconhecimento *de facto* da ocupação indonésia no Timor Leste. O Ministro do Exterior, Andrew Peacock, afirmava que o controle indonésio sobre a região era uma realidade com a qual era preciso conviver. No ano seguinte, a Austrália reconhece “de direito” a soberania indonésia sobre o Timor Leste (WHEELER & DUNNE, 2001) e inicia negociações com a vizinha Indonésia para um acordo relativo a prospecção de petróleo nas águas territoriais da região do Timor Leste (área conhecida como Timor Gap).

3.3- A manutenção do pragmatismo: a prioridade de relacionamento com a Indonésia

A partir de 1978, a Austrália votou contra todas as resoluções da Assembléia Geral da Nações Unidas relativas ao Timor Leste (A Assembléia Geral aprovou resoluções anuais entre 1975 e 1982)⁴. Desde julho de 1983, Portugal e Indonésia iniciaram conversações sob auspícios da ONU. Em abril de 1984, o Ministro do Exterior de Portugal, Jaime Gama, sugeriu a participação da Austrália no processo. Para ele, as conversações entre Portugal e Indonésia não eram suficientes para produzir uma solução: *“The contacts must be under the*

*auspices of the United Nations and with the intervention of the other interested parties, Australia e Fretilin*⁵”. Em setembro de 1984, quando o Ministro do Exterior da Austrália, Bill Hayden, visitava Lisboa, Gama esclareceu que só aceitaria uma solução que levasse em conta o direito de auto-determinação do Timor Leste. A Austrália, todavia, não respondeu à sugestão de Portugal.

Após anos de infrutíferas negociações e indefinição com relação ao status do Timor Gap, os governos da Austrália e da Indonésia decidem superar o impasse, desistindo de desenhar as fronteiras e concordando em iniciar negociações voltadas para o estabelecimento de uma zona de cooperação onde pudessem explorar conjuntamente os recursos naturais. Em 11 de dezembro de 1989, o Tratado de Cooperação da Zona do Timor Gap era assinado, entrando em vigor em 1991.

Esse tratado dividia o Mar do Timor, rico em petróleo e gás natural, em três áreas com dimensões bastante diferenciadas. Na maior de todas, a intermediária, a exploração ficou a cargo de uma autoridade conjunta, com os lucros de exploração divididos em partes iguais pelos dois países. Na zona mais próxima da Austrália, a exploração ficou exclusivamente com os australianos, com a obrigação em repassar aos indonésios 16% dos lucros. Na menor das partes, junto a costa do Timor Leste, os direitos de exclusividade ficaram com Jacarta, que ficava compromissada a entregar 10% dos lucros à Camberra. Segundo analistas do mercado econômico, esse foi um excelente negócio para a Austrália (SOBRAL, FREITAS & MENDONÇA, s/data).

Nesse período a relação entre Austrália e Portugal se torna conflituosa, uma vez que Lisboa apresenta o assunto à Corte Internacional de Justiça em Haia, afirmando que o Tratado do “Timor Gap” violava os seus direitos de potência administradora, assim como o direito de auto-determinação do Timor Leste. A Austrália, por sua vez, afirmava que se existia uma disputa acerca do *status* do tratado, esta deveria ser resolvida entre Indonésia e Portugal.

Em novembro de 1991, quando ocorreu o massacre no cemitério de Santa Cruz em Díli, Camberra foi muito pressionada, tanto internamente quanto externamente, em função das suas boas relações com a ditadura do general Suharto. No entanto, mesmo nessa conjuntura, a Austrália não se rendeu aos apelos morais e éticos e continuou priorizando a manutenção de sua relação com a vizinha Indonésia.

O Ministro do Exterior, Gareth Evans, tratou o episódio do massacre como uma aberração (exceção) na política indonésia, e não como um exemplo típico de condução dessa política. Dessa forma, manteve normalmente o seu relacionamento com Jacarta. Já o Primeiro Ministro, Paul Keating, foi mais explícito e afirmou que sob nenhuma circunstância colocaria em questão a relação da Austrália com mais de duzentos milhões de pessoas em função desse assunto. Além disso, Keating apoiou o argumento de Suharto de que o apoio a causa do secessionismo no Timor Leste poderia incentivar sentimentos separatistas em outras regiões do arquipélago, o que poderia gerar a balcanização e a instabilidade regional no Sudeste Asiático. Keating foi recompensado por sua atitude em 1995, quando assinou com Suharto o Acordo de Segurança Mútua (CHALK, 2001).

3.4- A inflexão na política externa: o engajamento na discussão sobre a questão do Timor Leste

3.4.1- As negociações sobre o *status* futuro do Timor Leste no final da década de 1990

Em 1998, o governo indonésio do presidente Habibie abria espaço para um novo debate sobre a questão do Timor Leste. Embora Habibie afirmasse inicialmente que não havia a necessidade de realização de um referendo no Timor Leste (uma vez que ele era parte integrante da Indonésia), em pouco tempo já considerava a possibilidade de um *status* especial para a província, ainda que ressaltasse que esta deveria se manter como parte integral da Indonésia⁶.

Em agosto de 1998, após um encontro do Embaixador da Austrália na Indonésia, John McCarthy, com Xanana Gusmão na prisão em Jacarta, o Ministro do Exterior da Austrália, Alexander Downer, tenta negociar com o governo indonésio a liberação de Gusmão e sua possível participação no processo de paz⁷.

John McCarthy também conduziu uma *survey* para avaliar o posicionamento de todos os timorenses que ocupavam posições de influência na província. Os resultados dessa pesquisa demonstravam um apoio maciço a uma

eventual independência e também alertavam para os perigos de uma transição muito rápida.

Buscando um maior engajamento no processo de negociação sobre o futuro do Timor Leste, o Primeiro Ministro da Austrália, John Howard, escreve uma carta à Habibie, que é entregue dois dias depois, em 21 de dezembro, por John McCarthy⁸. Na carta ele dizia que “(...) *It might be worth considering, therefore, a means of addressing the East Timorese desire for an act of self-determination in a manner which avoids an early and final decision on the future status of the province*”.

Esse primeiro movimento de inflexão na política externa australiana em direção a uma maior participação nas discussões sobre os rumos futuros do Timor Leste refletia a grande preocupação do governo Howard em resguardar os interesses australianos na região da melhor maneira possível.

Nesse momento, Camberra estava consciente de que Jacarta queria um *status* de ampla autonomia para o Timor Leste como solução definitiva. Todavia, sabia que essa proposta não seria aceita por Portugal sem um ato de auto-determinação. Lisboa aceitaria um status de ampla autonomia para o Timor Leste por um período de alguns anos, mas, no fim, exigiria um ato de auto-determinação. Os líderes timorenses pensavam da mesma forma.

O governo australiano acreditava que os seus interesses políticos, econômicos e de segurança – como o acesso as reservas de óleo e gás no Mar do Timor e a não desintegração do Estado indonésio – seriam melhor protegidos se fosse estabelecido um longo período de transição no Timor Leste (GORJAO, 2001).

A carta de John Howard era uma tentativa de estabelecer uma agenda para o Timor Leste que contemplasse os interesses nacionais australianos. Howard sugeria a Habibie que negociasse diretamente com dois bispos timorenses, D. Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento, e também com Xanana Gusmão, então presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT). Uma vez que a auto-determinação era uma condição *sine qua non* para a maior parte dos timorenses, Howard dirigia essa temática de uma forma que pudesse evitar uma decisão antecipada e final sobre o *status* futuro da província (GORJAO, 2001).

Howard sugeria que uma boa forma de resolver a questão seria a partir do exemplo dos acordos na Nova Caledônia (Matignon Accords)⁹. Tomando esse modelo como base, a Indonésia estabeleceria um compromisso político aceitável para ser implementado de imediato, enquanto um referendo para a população timorense optar pelo *status* da região poderia ser adiado por até dez anos.

O governo australiano julgava que com um *status* de autonomia e com o fim da repressão na região, a população do Timor Leste poderia acabar optando (depois de passado alguns anos) pela manutenção dentro da Federação Indonésia. Segundo Howard, essa solução serviria bem aos interesses da Austrália, da Indonésia e do próprio Timor Leste.

Todavia, o presidente Habibie agia de forma totalmente contrária às sugestões de Howard. Em primeiro lugar, buscava negociar com Portugal e com as Nações Unidas, recusando o diálogo com os líderes timorenses. Em segundo lugar, ao invés de um longo período com ampla autonomia e um posterior referendo, ele afirmava que a população do Timor Leste deveria decidir se queria a independência ou a autonomia dentro da Indonésia antes de outubro de 1999, quando aconteceria o encontro da Assembléia Consultiva do Povo (MPR).

Em 1º de janeiro de 1999, em encontro com seus ministros, Habibie declarava que se a população do Timor Leste rejeitasse a proposta de autonomia dentro da Indonésia, ele possibilitaria a independência. Essa nova política foi anunciada em 27 de janeiro pelo Ministro do Exterior, Ali Alatas, e pelo Ministro da Informação, Junus Yosfiah¹⁰.

Exatamente três meses depois, em 27 de abril de 1999, Howard e Habibie tiveram um encontro em Bali. Dentre outras coisas, iniciaram conversações sobre a questão da segurança no Timor Leste durante o período eleitoral. Howard sugeriu a presença de uma força internacional de manutenção da paz na região. No entanto, essa proposta foi completamente rejeitada por Jacarta. É importante ressaltar que o governo norte-americano já havia feito essa mesma sugestão, e que Camberra se colocava contra. Segundo Richard Leaver (2001a), isso demonstra que o governo da Austrália continuava dando prioridade à sua diplomacia bilateral com a Indonésia, sobre o que seria um problema essencialmente multilateral.

Em fevereiro de 1999, Ashton Calvert, Secretário do Departamento de Negócios Exteriores e Comércio (DFAT) e Stanley Roth, Secretário Assistente do Departamento de Estado dos Estados Unidos para assuntos do Leste da Ásia,

discutiam em Washington sobre a necessidade de uma operação internacional de manutenção da paz. Calvert afirmava que isso não era necessário. Segundo ele, *“Austrália had not sensed any broad international appetite for a large scale UN intervention, though Camberra would be prepared, if necessary, to send military personnel; but not into a bloodbath. “(...) to avert the need for recourse to peacekeeping, what we were proposing was to be active in the first instance....Australia’s preferred approach was designed to avoid a military option by the use of adept diplomacy”*. Roth, por outro lado, reafirmava a importância da operação de manutenção da paz, considerando-a um aspecto inevitável da transição no Timor Leste (para a autonomia, assim como para a independência). Sem ela, o Timor Leste poderia entrar em colapso. Para Roth, a Indonésia não tinha se esforçado o suficiente para reverter a situação da segurança no Timor Leste, e por isso era preciso pressionar o general Wiranto¹¹ (BALL, 2001).

A preocupação de Howard com relação à questão da segurança no Timor Leste foi em grande parte incitada por uma série de acontecimentos violentos na província. Em 6 de abril, 57 pessoas foram assassinadas na cidade de Liquiçá e em 17 de abril, outras foram mortas em Dili. Embora o encontro de Bali tenha ocorrido em um momento em que as negociações entre Indonésia e Portugal (sob a égide da ONU) sobre o processo eleitoral já estavam praticamente finalizadas, faltando apenas a assinatura formal do acordo, agendada para 5 de maio, membros do governo indonésio se esforçavam para demonstrar a capacidade de garantir uma trégua entre os diferentes grupos rivais no Timor Leste. O general Wiranto, Ministro da Defesa e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, parecia especialmente empenhado em mostrar um maior controle da violência.

Ainda durante esse encontro, Howard confirmava o apoio do seu governo ao acordo firmado entre Portugal e Indonésia. O Primeiro Ministro, que estava acompanhado pelo Ministro do Exterior, Alexander Downer, e pelo Ministro da Defesa, John Moore, prometia uma ajuda de dez milhões de dólares em dinheiro e mais dez em apoio logístico para a realização da consulta popular no Timor Leste¹². Além disso, oferecia apoio civil e policial, acordava o estabelecimento de um consulado australiano em Dili, assegurava a presença de médicos na região, assim como garantia acesso a agências internacionais, incluindo a Cruz Vermelha¹³.

O governo australiano, que tradicionalmente atuou como intérprete da realidade indonésia para o mundo ocidental, por meio de suas várias agências de inteligência, nesse momento, passa a omitir informações sobre a situação da segurança no Timor Leste, em nome de um relacionamento cordial com a Indonésia. Algumas das informações de inteligência coletadas pela Austrália, principalmente através da agência *Defence Signals Directorate*, eram únicas dentro das comunidades de inteligência ocidentais (incluía comunicações militares entre Jacarta e vários comandos militares locais). Em função disso, as informações divulgadas pelo governo Howard moldavam as percepções da comunidade internacional com relação à estrutura de segurança que deveria envolver o processo de consulta popular supervisionado pela ONU no Timor Leste (LEAVER, 2001b).

Em 5 de maio, Portugal e Indonésia assinam o Acordo de Nova York, que estabelecia a presença de uma força de observadores desarmados da ONU para monitorar as eleições, assim como designava que a responsabilidade pelo cumprimento da lei e pela segurança ficaria com os militares e com a polícia da Indonésia. O acordo continha também um protocolo de segurança, onde se garantia um ambiente eleitoral livre de violência e intimidação, a partir do compromisso das autoridades indonésias com o desarmamento das facções rivais, com a supervisão das Nações Unidas.

3.4.2 – A comunidade de inteligência australiana

A elite estatal australiana tinha total conhecimento do clima de intimidação e violência que pairava sobre o Timor Leste tanto ao longo das negociações do plebiscito, quanto durante a sua intensificação no período pré-eleitoral, pois recebia informações detalhadas da comunidade de inteligência¹⁴. Entretanto, havia uma enorme distância entre as informações de que o governo de fato dispunha e as que ele divulgava.

No final do ano de 1998, muitos analistas da comunidade de inteligência da Austrália já haviam concluído que o exército indonésio (ABRI) armara vários grupos milicianos pró-integracionistas e que planejava usá-los contra a população

do Timor Leste que apoiasse a independência. A *Defence Intelligence Organization* (DIO), uma das agências responsáveis pelas análises de inteligência, divulgava em relatório em 6 de janeiro de 1999:

“ABRI’s decision to arm local militias has drawn its first blood. As long as ABRI continues to contract-out some of its security responsibilities, more clashes are likely. The killing of two pro-referendum supporters on 3 January in Manutasi, a village in the Ainaro regency, is the first major clash between pro-referendum (essentially separatist) and “pro-autonomy” (essentially integrationist) groups since ABRI began to arm local civil defence units (WANRA) last year.... ABRI has developed a defensive operational posture that aims to reduce the profile of regular units and turn some of the armed activity over to WANRA militia.

** ABRI has identified 440 villages where the population is sufficiently integrationist to permit WANRA units to be armed.*

** ABRI recognises that using force against pro-referendum groups will continue to attract international criticism.*

** So using force against the referendum movement looks likely to continue to be sub-contracted to WANRA” (BALL, 2001, pp.43-44).*

Outro relatório da DIO, de 4 de março, fornece maiores detalhes sobre a ligação entre o exército indonésio e líderes de milícias. Entitulado “Indonesia/East Timor: ABRI Backing Violence”, está citado abaixo na íntegra:

“ABRI personnel in East Timor are condoning the activities of pro-Indonesian militants who have threatened Australian lives. Further violence is certain and Dili will be a focus.

- ABRI in East Timor are clearly protecting, and in some instances operating with, militants who have threatened Australian lives.

- ABRI soldiers have been identified as involved in a Besi Merah Putih (militant pro-Indonesian group) attack on a home in Suai last week.

- A soldier and a local government official fired on independence supporters in Guico village.

- Xanana Gusmão has received reports that ABRI’s Combined Intelligence Unit has been inciting violence in Dili and western East Timor.

- ABRI could apprehend or easily control pro-Indonesian militants but has chosen not to.

- Senior officers in KODAM IX (the Bali-based Military Area Command responsible for East Timor) have built up personal networks in integratinist politics over the years.

- ABRI’s East Timor commander, Colonel Suratman, has spent much of his recent career in East Timor. And KODAM IX Chief of Staff Mahadin Simbolan has a background in KOPASSUS operations in East Timor and a close relationship with militant leader Cancio da Carvalho.

- We don’t know if these activities are the result of local initiative, or are being directed from Jakarta.

- Wiranto's views on ABRI's involvement with militants are not known, but no vigorous action to reign in ABRI have been noted, implying that he is at least turning a blind eye.
- The Combined Intelligence Unit is operationally responsible to KOPASSUS. And although supported by Suratman's East Timor command, he does not control their activities"
- Unless Jakarta takes firm action, ABRI elements will continue to support intimidation and violence or at least won't prevent it.
- ABRI may be less than committed to protecting Australians in the territory. (BALL, 2001, p.44).

As informações que o serviço de inteligência disponibilizava contradiziam as declarações públicas do governo: de que a violência era desorganizada, que o envolvimento do exército indonésio na violência estava limitado a “rogue elements”, que nenhum comandante do exército indonésio estava envolvido, e que o relacionamento especial que Camberra tinha com Jacarta, manifestado em uma série de acordos de cooperação de defesa e inteligência, asseguraria que as autoridades indonésias se manteriam sinceras e responsáveis em suas negociações com relação à situação do Timor Leste.

Em 7 de março, o Ministro do Exterior, Alexander Downer, declarava:

“(...) If it is happening at all, it certainly isn't official Indonesian Government policy; it certainly isn't something that's being condoned by General Wiranto, the head of the armed forces, but there maybe some rogue elements within the armed forces who are providing arms of one kind or another to pro-integrationists who have been fighting the cause for Indonesia.

When I raised it [arming the militia] with Ali Alatas the other day [i.e., 23 February], he said that it certainly wasn't happening, that they weren't arming paramilitaries; there was some arming of the informal police support group who are civilians in East Timor but that applies in all of the provinces of Indonesia. There is nothing different or unusual about that, so I mean, I do accept the Indonesian Government's word for it, that it's not official Indonesian policy” (BALL, 2001, p.45).

Entre março e junho de 1999, a comunidade de inteligência analisou várias informações que comprovavam a relação entre as milícias pró-integração e o exército indonésio. Entretanto, as avaliações não eram bem recebidas pelo governo. O gabinete do Primeiro Ministro e os funcionários da burocracia dos Departamentos de Defesa e Negócios Exteriores não queriam saber sobre esse

relacionamento. Os principais consultores do Primeiro Ministro afirmavam que a violência poderia ser contida, que o relacionamento de defesa entre a Austrália e Indonésia iria influenciar o comportamento da Indonésia no Timor Leste, e que qualquer necessidade de assistência externa deveria vir da Austrália, e não, das Nações Unidas (BALL, 2001).

No início do mês de abril, quando membros da milícia *Besi Merah Putih* massacraram dezesseis pessoas que apoiavam a independência em uma igreja em Liquiça, analistas da DIO não tiveram mais dúvidas com relação à cumplicidade do exército indonésio. Em 8 de abril, o relatório da DIO dizia:

“ABRI’s exact role in the incident is unclear. But it is known that ABRI had fired tears gas into the church and apparently did not intervene when the pro-independence activists were attacked. BRIMOB [Indonesian Police] were allegedly standing behind the attackers at the church and firing into the air. There seems to be no physical evidence that they fired at the church. But ABRI is culpable whether it actively took part in the violence, or simply let it occur” (BALL, 2001, p.46).

No fim do mês, entretanto, a DIO apresentava um relatório com uma avaliação do papel dos militares indonésios no conflito¹⁵. O documento continha cinco páginas e intitulava-se “The Ingredients of Conflit [in] East Timor”. Distribuído em 30 de abril, afirmava:

“TNI paradoxically provides a moderating influence on both sides by decreasing the likelihood of widespread and serious conflit. Its presence serves to restrict [pro-independence militia] operations and it has some control, when it chooses to exercise it, over the pro-Indonesia militant groups” (BALL, 2001, pp.46-47)

Esse relatório reconhecia que o TNI havia formado, armado e controlado milícias pró-Indonésia como *Wanra*, *Besi Merah Putih*, *Aitarak* e *Mahidi*, e que houve *“distinct limits on the ability of the militant groups to operate without support, official or otherwise, from Indonesia”*.

Ainda durante o mês de abril, um importante líder miliciano no Timor Leste, Tomas Gonçalves, desertou para Macau e teve um encontro com quatro funcionários da ASIS (*Australian Secret Intelligence Service*). Gonçalves foi o comandante das forças da Apodeti que trabalharam junto com as forças indonésias durante a invasão do Timor Leste em outubro/novembro de 1975, e esteve

presente durante o assassinato dos jornalistas em Balibó. No início de 1999, ele estabeleceu um grupo miliciano pró-Indonésia em sua cidade natal, Emera, e era considerado pelo exército indonésio como o principal líder do movimento pró-integracionista no Timor Leste como um todo (BALL, 2001).

Gonçalves contou para os funcionários do SIS sobre os planos do exército indonésio de dar fim aos movimentos pró-independência, e forneceu os nomes dos comandantes envolvidos nesse plano. Ele detalhou o seu primeiro encontro importante com militares indonésios para tratar do treinamento e armamento das milícias, que aconteceu no final de 1998, no quartel do exército indonésio em Dili. Os seguintes militares estavam presentes: General Adam Damiri (comandante do Comando Militar Regional de Udayana), Coronel Tono Suratman (comandante do TNI em Dili e oficial da Kopassus) e Tenente-Coronel Yayat Sudrajat (o principal homem do SGI ¹⁶ e também oficial da Kopassus). Eles discutiram sobre os rumores de um referendo no Timor Leste e expuseram seus planos secretos de utilizar a SGI para armar as milícias (BALL, 2001).

Em 16 de fevereiro, o Tenente-Coronel Sudrajat realiza um encontro em Dili com todos os líderes milicianos das doze regiões do Timor Leste, onde descreve o seu plano para o período pós-eleitoral e exige que os líderes pró-independência e suas famílias sejam liquidados. Em 24 de março, Sudrajat entrega três caminhões carregados com armas a Gonçalves para que ele distribuísse para o seu grupo em Emera. Em 26 de março, Gonçalves participa de um encontro em Dili organizado pelo Governador de Timor, Abílio Osório Soares, que lhe diz:

“[Prepare] to liquidate all the senior pro-independence people – and their parents, sons, daughters and grandchildren. If they sought shelter in the churches, ...kill them all, even the priests and nuns” (BALL, 2001, p.48)

No início do mês de abril, Gonçalves e outro líder miliciano são convocados para um encontro em Jacarta e são avisados pelo General Kiki Syanakhi que o TNI iria apoiar os seus grupos com dinheiro e armas. Gonçalves deserta em 18 de abril. Ele diz que o nível de violência estava sendo maior do que ele poderia suportar.

Dias antes da realização do referendo, a DSD (*Defence Signals Directorate*) interceptou conversações entre oficiais do exército indonésio e líderes milicianos, onde falavam sobre seus planos violentos, assim como

especificavam indivíduos que deveriam ser mortos ou capturados. Segue abaixo um exemplo de conversa entre um oficial da Kopassus e um líder miliciano, que foi interceptada em 27 de agosto:

“We can’t be the first ones to start it. We have to be on stand-by so that we don’t get a bad mark from Unamet [the UN mission in East Timor]. But if we’re not the first ones and fight back, then we’re on stand-by. But if they fish for it, then we will use a hard hand. There is no other way out. That’s how it will be.

It is better we wait for the result of the announcement [of the ballot]. It is better we wait for the result announcement. Whether we win or lose, that’s when we’ll react” (BALL, 2001, p.54).

No dia seguinte a realização do plebiscito foram interceptadas conversas por rádio entre membros da Kopassus e milicianos. Nessas conversas os funcionários da Kopassus instruíam os milicianos para matarem os observadores da ONU que vieram ao Timor Leste monitorar as eleições:

“Kopassus: *Those white people ... should be put in the river.*

Militia (passing the order to other militiamen): *If they want to leave, pull them out, kill them and put them in the river.*

Kopassus: *They need to be stopped. The car needs to be stopped.*

Militia: *It will be done.*

Kopassus: *If they go to Ainaro, they should send people to close the road there...the green Kijang [jeep] with the big tyre in the back.*

Militia: *I’ll wipe them out, all of them. Nobody gets to get out, especially if the white guys want to go. Hold the car, let them walk.*

Another militia voice: *I’ll eat them up.*

Kopassus: *Nobody gets to go out. Hold the car. If they want to go to Dili. Then hold the car. If they want to walk, that’s their business. Hold the car. No, send it back.*

Militia voice: *I’ll make the stop there.*

Third militia voice: *Better to send them up to Dadina [a settlement in the mountains with a militia command post] and we’ll put them in the river of Kara Ulu” (BALL, 2001, PP.54-55).*

Por meio de todas as informações até aqui expostas, fica muito claro que os decisores australianos estavam muito bem informados sobre a relação entre os militares indonésios e os grupos milicianos pró-integração, assim como do plano de reação violenta desses grupos após o anúncio do resultado da votação. No entanto, como a Austrália não queria abalar as suas relações bilaterais com a Indonésia, se manteve como cúmplice, totalmente omissa, não pressionando o país

vizinho a parar com a campanha de intimidação no Timor Leste, nem se esforçando para conseguir apoio internacional para uma força de manutenção da paz durante o período pré-eleitoral.

3.4.3- O período pós-eleitoral e a decisão pela participação na intervenção internacional

Logo após o resultado do plebiscito, com a deterioração da situação humanitária no território, o governo australiano demonstrou sua disposição em colaborar com uma força de paz para a região. Entretanto, exigia o consentimento de Jacarta e o apoio político dos Estados Unidos.

Em 11 de setembro de 1999, em uma reunião de urgência no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a grande maioria dos cinquenta e dois países presentes se manifestou a favor do envio de uma força multinacional para o Timor Leste (dentre eles, os Estados Unidos) e alguns deles se colocaram a disposição para participarem da força.

Em 12 de setembro, o governo indonésio comunicou à ONU a sua concordância com o envio da força internacional para o Timor Leste. Em 14 de setembro, o Ministro do Exterior da Austrália, Alexander Downer, formalmente escreveu uma carta ao Secretário Geral da ONU¹⁷ sugerindo a liderança da Austrália na força multinacional (o presidente da Austrália já havia aceitado informalmente um convite de Koffi Annan para liderar a força de paz em uma conversa telefônica em 6 de setembro). Poucos dias depois, em 15 de setembro, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1264/99¹⁸, que autorizava a criação da força de paz¹⁹.

Esse posicionamento da Austrália, de amplo apoio à intervenção internacional e até mesmo de liderança da força multinacional deve ser compreendido a partir de alguns fatores. Um deles diz respeito à responsabilidade da Austrália como potência regional. Uma posição omissa frente à catástrofe humanitária que ocorria no Timor Leste poderia gerar um questionamento, principalmente por parte dos países mais “ocidentalizados” da região, como as

Filipinas e a Tailândia, com relação à sua condição de potência com responsabilidade regional.

A aliança proeminente que o país mantinha com os Estados Unidos (potência hegemônica no sistema internacional no pós-Guerra Fria) também influenciou a sua posição. A partir dessa relação, existia uma expectativa por parte dos Estados Unidos de que a Austrália assumiria o papel de liderança em questões relativas ao Sudeste da Ásia e as ilhas do Pacífico. Segundo Mc Dougall (2002), os Estados Unidos como uma potência global se consideram responsáveis pela liderança de temáticas “globais”, enquanto os seus aliados ou parceiros regionais devem cuidar de questões “regionais”. De fato, os Estados Unidos enxergavam a questão do Timor Leste como uma temática regional, e dentro dessa perspectiva acreditavam que a Austrália, como sua aliada regional, deveria assumir a liderança da operação, enquanto eles providenciariam apoio diplomático e reforço operacional. Em função disso, o governo australiano encarava a participação australiana na intervenção no território como parte de um relacionamento cooperativo com os Estados Unidos.

Dentro desse contexto, a Austrália também se preocupava com a manutenção dos lucros da exploração de recursos minerais do Mar do Timor. O mais importante deles era o petróleo, explorado por uma série de empresas australianas (Tech, Petrox, Inprex, Sahul, Western Mining, Chaterhall, Woodside, Pelsart, Oil & Mineral Quest e Otter Exploitation).

É preciso levar em conta também, mesmo que em menores proporções, a preocupação da Austrália com o fluxo de refugiados vindos do Timor Leste, assim como o interesse em ocupar uma posição de influência frente ao novo Estado que iria surgir. Afinal, com o Timor Leste conquistando a sua independência, a Austrália se tornaria a maior influência em relação ao futuro do novo país, principalmente nas questões relativas à segurança e ao desenvolvimento econômico.

Notas

¹ - James Dunn foi cônsul da Austrália em Dili na década de 1960.

² - No primeiro encontro Whitlam declarava que “*shared the belief that this should occur on the basis of the freely expressed wishes of the people of Portuguese Timor themselves*”. No segundo, ele já afirmava que “*still hoped that Portuguses Timor would be associated with or integrated into Indonesia; but this result should be achieved in a way which [should] not upset the Australian people*” (GORJAO, 2001).

³ - Como foi mencionado no capítulo 1, os cinco jornalistas que trabalhavam para uma rede de televisão australiana (três australianos e dois ingleses) foram mortos por soldados indonésios enquanto filmavam a utilização da artilharia pesada da marinha e da aviação no território.

⁴ - A resolução de 1982 foi aprovada com dificuldade (50 votaram a favor, 40 contra e 50 se absteram). Nesse ano, a missão australiana na ONU fez um *lobby* intenso a favor da Indonésia, apelando aos membros da organização internacional que votassem com o país e retirassem esse item inoportuno da agenda.

⁵ - *East Timor, Final Report of the Senate Foreign Affairs, Defence and Trade References Committee*, Parliament of the Commonwealth of Australia, 2000, p.172.

⁶ - *East Timor, Final Report of the Senate Foreign Affairs, Defence and Trade References Committee*, Parliament of the Commonwealth of Australia, 2000, p.176.

⁷ - *Idem*, p.176.

⁸ - Isso ocorre apenas um dia antes do encontro de Habibie com Jamsheed Marker, o representante pessoal do Secretário Geral das Nações Unidas para o Timor Leste.

⁹ - Por meio desses acordos a França se comprometia com a independência da Nova Colônia no prazo de quinze a vinte anos.

¹⁰ - *East Timor, Final Report of the Senate Foreign Affairs, Defence and Trade References Committee*, Parliament of the Commonwealth of Australia, 2000.

¹¹ - Em março de 1999, em diversas ocasiões, Roth pediu ao embaixador em Jacarta, John McCarthy, material descrevendo as ligações entre o exército indonésio e as milícias pró-Indonésia. Todavia, ele dizia que isso não era possível, em função da necessidade de defender as fontes de inteligência australiana em solo indonésio. Roth fez o mesmo pedido ao embaixador australiano em Washington, Andrew Peacock, que foi novamente negado (BALL, 2001).

¹² - O gasto total estava estimado em quarenta e oito milhões de dólares.

¹³ - *East Timor, Final Report of the Senate Foreign Affairs, Defence and Trade References Committee*, Parliament of the Commonwealth of Australia, p.180.

¹⁴ - A Austrália possui cinco agências de inteligência que produzem informações sobre a Indonésia e o Timor Leste. Duas delas são responsáveis pela análise e avaliação das informações: a *Office of National Assessments* (ONA) - que direciona as informações diretamente para o Primeiro Ministro e que realiza uma espécie de chefia sobre as outras agências - e a *Defence Intelligence Organization* (DIO). As outras três agências são responsáveis pela coleta e processamento de informação: *Australian Secret Intelligence Service* (ASIS), que é uma divisão do Departamento de Negócios Exteriores e Comércio (DFAT), a *Defence Signals Directorate* (DSD), responsável pela interceptação de rádios e sinais eletrônicos externos, e a conversão dos códigos e cifras, e a *Australian Imagery Organization* (AIO), a mais nova agência, responsável pelo processamento e interpretação de fotografias e imagens digitais.

¹⁵ - Em 1999, o nome do exército indonésio deixa de ser *Angkatan Bersenjata Republik Indonesia*: Forças Armadas da República da Indonésia (ABRI) e passa a ser *Tentara Nasional Indonesia*: Tropas Nacionais da Indonésia (TNI).

¹⁶ - *Satuan Tugas Intelijen* ou Força-Tarefa de Inteligência.

¹⁷ - O Secretário Geral da ONU considerava que a Austrália era o único país que teria vontade política e capacidade militar para se deslocar rapidamente para o Timor Leste. Outras alternativas, como a força de manutenção da paz dos “capacetes azuis” da ONU liderada por países asiáticos levaria muito tempo para ser organizada (WHEELER & DUNNE, 2001).

¹⁸ - A Resolução encontra-se em anexo.

¹⁹ - A Austrália se empenhou bastante para conseguir a aprovação indonésia para a intervenção internacional da ONU na região. Essa postura encorajou vários países da Ásia a contribuírem com a INTERFET. Alguns países como Tailândia, Filipinas e Coreia do Sul deram significativas contribuições, enquanto Cingapura e Malásia tiveram um papel menor.